

Protecção Civil diz que programa "Aldeia Segura" precisa de ser revisto

O adjunto do Comando Nacional da Protecção Civil afirmou que o programa "Aldeia Segura", lançado em 2018, não tem tido nos tempos mais recentes "a adesão esperada" e defendeu a revisão da iniciativa.

"É um bom programa, mas ultimamente não tem tido o apoio ou a adesão esperada", disse Pedro Nunes, que falava, esta quarta-feira, durante o 'webinar' "Um Programa Integrado de Gestão do Risco de Incêndios Florestais – O Caso de Portugal", organizado pela Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (ADAI) da Universidade de Coimbra.

Para aquele responsável, a diminuição da adesão ao programa pode dever-se, em parte, ao facto de já terem passado cinco anos desde os grandes incêndios de 2017 e de as "comunidades pensarem que isto é uma coisa do passado".

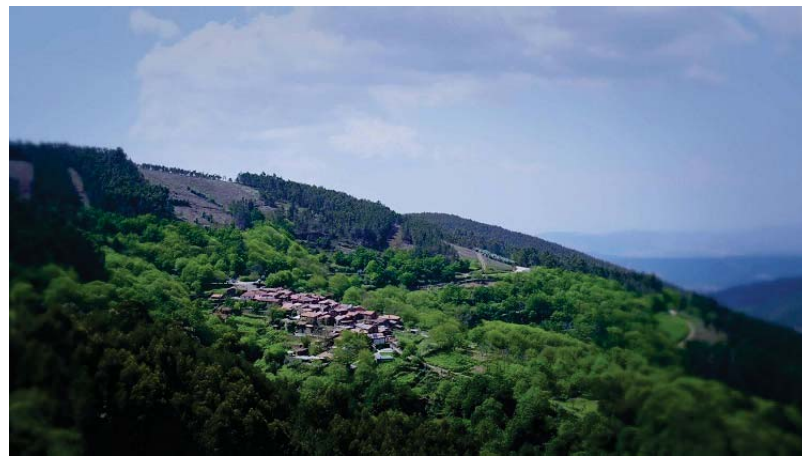
"Esta não é a forma correcta de pensar", notou, referindo que a polémica em torno das máscaras inflamáveis que eram distribuídas no âmbito do programa também pode ter afetado o seu sucesso.

Para Pedro Nunes, para combater a ausência de adesão dever-se-ia pensar numa "revisão" do programa "Aldeia Segura".

O adjunto do Comando salientou que este é o único instrumento oficial que permite preparar as aldeias do país para responder a uma situação de incêndio florestal.

Na mesma sessão, o chefe da Divisão Técnica Ambiental do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), Ricardo Alves, notou uma mudança na investigação dos incêndios e nas próprias fiscalizações efectuadas naquilo que toca ao cumprimento das faixas de gestão de combustível e de perímetros de segurança em torno das casas.

Se em 2003 eram investigados 5% dos fogos que



ocorriam, hoje, esse trabalho, a cargo da PJ e do SEPNA/GNR, já atinge uma taxa de "93% dos incêndios investigados".

Já o responsável pela Direcção Nacional de Gestão do Programa de Fogos Rurais do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), João Pinho, abordou as mudanças relativamente ao espaço florestal em Portugal.

"Há 60 ou 70 anos, a coleção de biomassa era muito mais intensa e isso diminuía o perigo dos incêndios. Hoje, as condições são diferentes", constatou, apontando para vários programas do Governo, lançados nos últimos anos, que procuram diminuir o risco.

Questionado sobre o papel dos eucaliptos nos incêndios, João Pinho salientou que "mais importante do que a espécie, é a continuidade de combustível e a gestão dentro dos terrenos florestais".

"Os eucaliptos podem ser geridos para serem mais resistentes a incêndios e podem ser a solução, porque esse tipo de florestas, se bem e ativamente geridas, dar-nos-ão mais hipóteses de ter uma paisagem mais resistente", salientou, realçando a importância de o foco estar concentrado na boa gestão dos terrenos florestais.